

## **ANÁLISE DA POLÍTICA ANTICÍCLICA DE REDUÇÃO DO IPI ADOTADA NO BRASIL, ENTRE 2002 E 2014, SOB AS TRÊS ÓTICAS DA POLÍTICA FISCAL**

**FARIAS, Gabriela (autor)**  
**TEIXEIRA, Gibran (orientador)**  
**gabitz6@hotmail.com**  
**Evento: MPU**

**Área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**

**Palavras-chave:** IPI; desoneração; política fiscal

### **1 INTRODUÇÃO**

A pesquisa está em andamento e encontra-se na fase de análise dos dados coletados, e aborda analisa o impacto da política fiscal de desoneração do imposto sobre produtos industrializados (IPI), ocorrida no Brasil entre 2002 e 2014, sob as três óticas da política fiscal, Keynesiana, Neoclássica e Ricardiana. Como objetivos avaliaremos as medidas anticíclicas utilizadas no combate a crises financeiras mundiais recentes, e também, analisaremos a eficácia da medida fiscal de redução do IPI, com base em cálculos econométricos, e captar a influência desta política no âmbito do desemprego, consumo de bens duráveis e salário médio. Este tema possui grande relevância devido à perduração da política macroeconômica adotada em caráter emergencial.

### **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Carvalho (2008, p.14) afirma que a política fiscal é aquela “em que o governo age sobre a demanda diretamente através de seus gastos, ou indiretamente, através de tributos sobre os agentes privados”. Com a Política Fiscal, o governo pode alterar a demanda agregada pelo aumento ou diminuição dos gastos públicos, da tributação e das transferências estatais.

Uma das facetas da política fiscal é a política tributária, que permite a arrecadação de recursos financeiros pelo governo para custear a manutenção do aparato estatal e o fornecimento de bens e serviços à população. Outra função da tributação é o controle da demanda agregada com a imposição de alíquotas diferenciadas para os diversos bens e serviços existentes no mercado (MARQUES, 2012). Espera-se que a desoneração do IPI amplie ou mantenha constante a taxa de consumo diante de crises, assim as indústrias manteriam sua atividade, e, por conseguinte, os empregos dos trabalhadores estariam garantidos, minimizando os efeitos da crise no Brasil.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS (ou PROCEDIMENTO METODOLÓGICO)**

A análise empírica do trabalho está baseada na estimação de um vetor autorregressivo de correção de erros (VECM). A base de dados para a estimação foi retirada do IPEA-DATA (base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada) abrangendo o período de março de 2002 até março de 2014, com dados mensais. As variáveis utilizadas são: salário médio das regiões metropolitanas do Brasil, consumo de bens duráveis, IPI e desemprego. O *software* responsável pelos cálculos será o GRETL 1.9.92 (*Gnu Regression, Econometrics and Time-series Library*). As séries utilizadas foram dessazonalizadas e deflacionadas e a estimação do VECM obedeceu todos os testes pertinentes à análise, dentre eles o teste de estacionariedade, cointegração, autocorrelação e normalidade dos resíduos.

#### **4 RESULTADOS e DISCUSSÃO**

Como resultado do modelo VECM foi constatado que as variáveis mantiveram-se na sua trajetória de equilíbrio, exceto a variável salário médio que necessita aumentar em 0,75% seu valor para que possa retornar à sua trajetória. Embora pareça não ter havido mudanças, este resultado nos diz muito a respeito da eficácia da política anticíclica de desoneração do IPI, não houve aumento do consumo e nem aumento do desemprego correspondendo aos objetivos pela qual foi implementada esta política fiscal. O instrumento utilizado foi eficaz, manteve no curto prazo o patamar que as variáveis haviam atingido e impediu sua queda.

#### **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A política adotada em caráter emergencial, no Brasil, minimizou os impactos da crise financeira mundial de 2008. As variáveis analisadas tiveram o comportamento esperado. Sob uma das óticas da política fiscal, o fato do consumo não ter aumentado dada a isenção tributária pode ser explicado pela teoria da equivalência Ricardiana, onde num momento de crise, a redução de impostos leva ao aumento da preferência em poupar, pois entendem que no período futuro este imposto voltará e talvez num patamar maior do que o existente antes da redução, contendo seu consumo. Nesse período, além da desoneração fiscal, houve também um alargamento do crédito pessoal, agindo diretamente na decisão dos indivíduos em consumir, aproveitando as oportunidades oferecidas pelo mercado, pois para manter praticamente constante o consumo as pessoas devem continuar comprando com a mesma frequência mesmo em tempos de crise financeira mundial. Portanto, esta política fiscal expansionista garantiu a manutenção das taxas de consumo e conseqüentemente de emprego, caso ocorresse uma queda no consumo e conseqüente redução na atividade produtiva, levaria a um aumento na taxa de desemprego.

#### **REFERÊNCIAS**

CARVALHO, Fernando Cardim. **“Equilíbrio Fiscal e política econômica keynesiana”**. Revista Análise Econômica. Porto Alegre: ano 26, n.50, 2008;  
MARQUES, Valéria. **A política fiscal e seu reflexo no nível de renovação tecnológica**. Disponível em:  
<[http://dippg.cefetrj.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=1197&Itemid=164](http://dippg.cefetrj.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1197&Itemid=164)>. Acesso em 20 mar. 2015.